



DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

DIFFICULTIES IN THE RETENTION OF PERSONS WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION

DIFICULTADES DE PERMANENCIA DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

LICENÇA CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



Milleny Santos Silva

Universidade Federal de Lavras

Nathalia de Fátima Joaquim

Universidade Federal de Lavras

Mariana Barbosa de Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Artigo recebido em: 09/02/2025

Aprovado em: 28/10/2025

Resumo: O artigo analisa os desafios enfrentados por pessoas com deficiência para concluir o ensino superior, considerando barreiras físicas, sociais e acadêmicas. Foca na eficácia das políticas públicas e institucionais de inclusão, avaliando o impacto dessas barreiras na permanência dos estudantes nas instituições de ensino. O estudo propõe soluções práticas e recomendações para superar tais desafios, promovendo inclusão e igualdade de oportunidades. Com base na análise das políticas públicas de permanência, destaca-se a relevância de estratégias para reduzir a evasão de estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão. Permanência. Pessoas com deficiência. Políticas públicas.

Abstract: The article analyzes the challenges faced by people with disabilities in completing higher education, focusing on physical, social, and academic barriers. It evaluates the effectiveness of public and institutional inclusion policies and their impact on student retention in educational institutions. The study offers practical recommendations to address these obstacles, aiming to promote inclusion and equal opportunities. Based on the analysis of public retention policies, the article highlights the importance of targeted strategies to reduce dropout rates among students with disabilities.

Keywords: Inclusion. Retention. People with disabilities. Public policies.

Resumen: El artículo analiza los desafíos a los que se enfrentan las personas con discapacidad para completar la educación superior, teniendo en cuenta las barreras físicas, sociales y académicas. Se centra en la eficacia de las políticas públicas e institucionales de inclusión, evaluando el impacto de estas barreras en la permanencia de los estudiantes en las instituciones educativas. El estudio propone soluciones prácticas y recomendaciones para superar dichos desafíos, promoviendo la inclusión y la igualdad de oportunidades. Basándose en el análisis de las políticas públicas de permanencia, se destaca la importancia de estrategias para reducir la deserción de los estudiantes con discapacidad.

Palabras clave: Inclusión. Permanencia. Personas con discapacidad. Políticas públicas.



INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência (PCD) enfrentam desafios significativos ao longo de sua vida, especialmente no contexto educacional. Segundo Goffman (1988), estigma associado à deficiência pode impactar negativamente a identidade e a autoimagem dessas pessoas, pois a sociedade, frequentemente, marginaliza aqueles que são percebidos como diferentes, reforçando a exclusão e a desigualdade.

A inclusão e a igualdade de oportunidades são princípios fundamentais para a construção de uma sociedade justa e equitativa. No âmbito educacional, o acesso ao ensino superior representa um marco crucial na trajetória acadêmica e profissional de qualquer indivíduo. Apesar dos avanços legislativos e institucionais, as pessoas com deficiência ainda enfrentam barreiras significativas que comprometem sua permanência e conclusão do ensino superior, como apontado por Cunha e Mourad (2021). Essas barreiras incluem aspectos físicos, arquitetônicos, socioeconômicos, comunicacionais, pedagógicos e atitudinais, afetando não apenas o desempenho acadêmico, mas também o bem-estar emocional e a integração social dos estudantes (Rocha; Miranda, 2009).

Nesse contexto, as políticas públicas de inclusão desempenham um papel essencial na promoção da igualdade de direitos. No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios relacionados à falta de recursos adequados, à inexistência de mecanismos de monitoramento e à resistência a mudanças no ambiente acadêmico. Essas questões evidenciam a necessidade de ações concretas que garantam o direito à educação inclusiva e equitativa (Rocha; Miranda, 2009).

O presente artigo tem como objetivo principal identificar e analisar, a partir de um recorte localizado, as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no ensino superior, destacando os fatores que impactam sua permanência e seu progresso acadêmico. Entre os objetivos específicos, busca-se compreender como essas barreiras afetam a trajetória desses estudantes, avaliar a eficácia das políticas públicas de inclusão e propor recomendações para a criação de ambientes acadêmicos mais acessíveis e inclusivos.

O artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, a introdução apresenta a problemática central e os objetivos do estudo, contextualizando os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência no ensino superior. Na seção teórica, são discutidos os conceitos de preconceito, discriminação e capacitismo, além da explanação de um panorama sobre políticas públicas, direitos e acessibilidade. A seguir, a metodologia detalha o tipo de abordagem, participantes e ferramentas utilizadas na coleta e análise de dados. Posteriormente, os resultados e as discussões são apresentados, organizados em categorias analíticas que refletem os fatores que influenciam a permanência desses alunos no ensino superior. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados e destacam a importância de políticas e práticas inclusivas, além de propor estratégias para superar as barreiras identificadas.

DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O conceito de deficiência está relacionado a indivíduos que apresentam limitações em suas habilidades corporais, impactando diretamente seu cotidiano. No entanto, a deficiência não é apenas uma característica individual; ela resulta da interação entre as limitações da pessoa e as barreiras nos ambientes físico, social, econômico e cultural (Santos, 2008).



A deficiência pode ser compreendida de diversas formas, sendo uma delas a concepção de que se trata de uma manifestação da diversidade humana, o que exige adaptações sociais para promover maior sensibilidade às diferenças físicas (Santos, 2008). Segundo Diniz, Barbosa e Santos (2009), compreender a deficiência como uma desvantagem social requer o uso de ferramentas analíticas e políticas das ciências sociais. Partindo desse pressuposto, a melhoria de vida das pessoas com deficiência depende de ajustes nas condições sociais do ambiente, tornando-os mais inclusivos.

O meio social estabelece parâmetros e valores com base nas expectativas sobre o que é considerado normal ou patológico, definindo, assim, quais indivíduos são mais facilmente reconhecidos como membros “normais” da sociedade (Goffman, 1988). Esse processo de classificação ocorre nas relações sociais cotidianas, influenciando a construção das identidades.

As diferenças físicas, sejam elas consideradas deficiências ou não, são uma manifestação da diversidade humana, no entanto, a existência de corpos com diferenças reflete a diversidade humana e demandam sensibilização para inclusão (Foucault, 2001). Em outras palavras, quando uma pessoa com características diferentes das esperadas é introduzida em um determinado ambiente, a pessoa é considerada estranha.

Pessoas com marcas ou lesões específicas em seus corpos, experimentam a sensação de estranhas noções de identidade, pois são percebidas como não pertencentes a determinados contextos no âmbito social, visto que as expectativas sobre as relações sociais são construídas dentro do processo de socialização (Maciel, 2000). Nesse sentido, as políticas públicas atuam na promoção da inserção e inclusão da pessoa com deficiência, para derrubar barreiras físicas, sociais e atitudinais, visando à igualdade para essas pessoas no âmbito da sociedade.

PRECONCEITO, POLÍTICAS E DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Para Goffman (1988), o preconceito refere-se a atitudes e crenças negativas dirigidas a um grupo ou indivíduo com base em características específicas, muitas vezes sem qualquer fundamento lógico. No contexto da deficiência, o preconceito costuma se manifestar por meio de estereótipos e suposições acerca das capacidades e limitações das pessoas com deficiência. Complementando essa perspectiva, Allport (1946) afirma que o preconceito é uma atitude que leva as pessoas a julgar negativamente e de forma injusta outras pessoas, apenas por pertencerem a um grupo social diferente.

A discriminação, segundo Dovidio e Gaertner (2004), é a manifestação do preconceito por meio de ações que refletem atitudes preconceituosas ao tratar alguém de maneira desigual com base em pré-conceitos. No ambiente acadêmico, a discriminação contra pessoas com deficiência pode assumir diversas formas, como a ausência de adaptações, a falta de acessibilidade adequada e atitudes excludentes de professores e colegas. Tais práticas discriminatórias não apenas restringem o acesso ao ensino superior, como também prejudicam a experiência educacional e a permanência desses estudantes (Santos, 2008).

O capacitismo, por sua vez, é uma forma específica de discriminação, baseada na ideia de que as pessoas sem deficiência são superiores às que possuem algum tipo de deficiência. Esse tipo de preconceito valoriza mais as capacidades físicas e intelectuais consideradas “normais”, marginalizando aqueles que não se encaixam nesses padrões (Campbell, 2009). De acordo com Lage, Lunardelli e Kawakami (2023), o capacitismo é uma forma de opressão estrutural que permeia diversas esferas da sociedade, desde o ambiente familiar até o mercado de trabalho. Isso demonstra que o capacitismo vai além das atitudes individuais, estando profundamente enraizado em sistemas e instituições que perpetuam desigualdades.

De acordo com Garland-Thomson (2020), o capacitismo está profundamente interligado a outras formas de discriminação, gerando uma interseccionalidade que intensifica as experiências de exclusão e marginalização. Este enfoque interseccional reconhece que as pessoas com deficiência podem enfrentar múltiplas camadas de opressão, dependendo de outros aspectos de sua identidade, como gênero, raça e classe social.



Essas formas de preconceito e discriminação impactam diretamente a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior. Esses estudantes enfrentam desafios adicionais em comparação aos seus colegas sem deficiência, como barreiras físicas e atitudes negativas, que dificultam seu acesso e sucesso acadêmico (Rocha; Miranda, 2009). Conforme Diniz, Barbosa e Santos (2009), incluir estudantes com deficiência no ensino superior exige mais do que a eliminação de barreiras físicas, sendo necessária uma transformação nas atitudes e práticas institucionais.

A formulação de políticas públicas no Brasil em favor das pessoas com deficiência foi fortemente impulsionada com a transição democrática nos anos 1980 (Mello, 2016). Em 1981, a ONU reconheceu a responsabilidade dos governos de garantir direitos iguais para pessoas com deficiência (Diniz; Barbosa; Santos, 2009). Esse movimento promoveu maior transparência governamental e impulsionou o desenvolvimento de políticas voltadas para atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência, politizando suas demandas e ampliando sua visibilidade (Figueira, 2008).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) contribuiu significativamente para esse debate ao introduzir a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), que considera não apenas aspectos médicos, mas também fatores ambientais e sociais que influenciam a inclusão e participação das pessoas com deficiência (OMS, 2001; CIF, 2003). Por meio dessa abordagem, novas práticas foram propostas, como métodos de avaliação que permitem padronizar informações sobre pessoas com deficiência e identificar obstáculos que dificultam sua inclusão (CIF, 2003).

A Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) enfatiza a interação entre as limitações humanas e as barreiras presentes nos ambientes físico, social, econômico e comportamental. Essa interação é essencial para construir uma sociedade mais inclusiva e acessível. A definição de pessoas com deficiência pode variar entre legislações nacionais, mas muitas seguem os princípios da CDPD. Além disso, é fundamental reconhecer que as pessoas com deficiência têm direitos humanos iguais aos demais, devendo ser tratadas com dignidade e respeito, com igualdade de oportunidades (Rossetto, 2009).

A compreensão da deficiência como uma manifestação da diversidade humana reforça a importância de analisar padrões sociais que moldam a percepção da deficiência. Essa análise, segundo Diniz, Barbosa e Santos (2009), deve diferenciar lesão e deficiência, destacando que as barreiras sociais têm um papel central na transformação de uma limitação física em uma desvantagem social. Nessa perspectiva, cabe à sociedade organizar-se para promover justiça às pessoas com deficiência, por meio de políticas públicas que garantam direitos civis, proteção social e acesso à educação (Rufino, 2008).

O histórico de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior reflete uma evolução significativa, saindo de práticas assistencialistas para a efetiva garantia de direitos. A Constituição de 1988 consolidou o direito à educação inclusiva, complementada por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n. 13.146/2015), que estabelece a obrigatoriedade de recursos e apoios necessários para assegurar a participação efetiva de pessoas com deficiência no ensino superior (Brasil, 2015).

Entretanto, a permanência desses estudantes nas instituições de ensino ainda enfrenta desafios. Programas como o Incluir, criado em 2005, visam a eliminar barreiras estruturais e promover acessibilidade em universidades, mas os resultados ainda estão aquém do esperado. Dados do Censo da Educação Superior 2023 apontam que, mesmo com um crescimento de 17% em relação ao ano anterior, apenas 0,93% das matrículas em cursos de graduação no Brasil correspondem a estudantes com deficiência, totalizando 92.756 alunos, sendo 46.006 em cursos presenciais (INEP, 2023). Essa baixa participação também já havia sido evidenciada por Tanganelli e Sebastián-Heredero (2020), que analisaram os desafios de acesso e permanência com base em dados de anos anteriores.

Medidas como a criação de núcleos de acessibilidade e a disponibilização de tecnologia assistiva são passos importantes, mas insuficientes para resolver os problemas estruturais e culturais que ainda impedem a plena inclusão. Para Lage, Lunardelli e Kawakami (2023), o sucesso dessa inclusão depende de uma mudança de mentalidade institucional, que, no caso em exame, compreenda a diversidade como parte essencial do ambiente acadêmico. A seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a elaboração deste artigo.

METODOLOGIA

Este artigo teve como objetivo identificar e analisar os desafios enfrentados por estudantes com deficiência para permanecer e progredir no ensino superior. Para tanto, buscou-se compreender as percepções e experiências desses estudantes acerca das barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais presentes no ambiente acadêmico. Além disso, o estudo analisou as políticas e práticas





implementadas pela instituição de ensino superior para apoiar a permanência desses estudantes, considerando tanto as condições objetivas quanto as subjetivas que influenciam essa trajetória.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, permitindo uma análise detalhada e aprofundada das percepções e vivências dos participantes. Essa abordagem possibilitou captar os aspectos mais complexos das experiências dos estudantes com deficiência, contextualizando os desafios enfrentados no cotidiano do ensino superior. Para a coleta de dados, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada, elaborado com base no referencial teórico adotado. O instrumento reuniu perguntas objetivas, voltadas ao mapeamento dos principais problemas vivenciados pelos estudantes, e questões subjetivas, destinadas a explorar suas experiências, dificuldades e percepções sobre o ambiente acadêmico e a permanência no ensino superior.

Participaram da pesquisa oito estudantes de diferentes cursos de graduação de uma universidade pública, constituindo um recorte exploratório e não representativo, mas que traz diversidade de experiências. Entre os participantes, destacam-se três alunos do curso de Direito: duas mulheres de 36 e 42 anos, ambas no primeiro período, e uma jovem de 24 anos no sétimo período. Também integraram o estudo um homem de 22 anos, cursando o segundo período de Engenharia Física; uma aluna de 42 anos, matriculada em Ciências da Computação; um homem de 38 anos, no quarto período de Engenharia Florestal; uma mulher de 40 anos, no nono período do curso de Pedagogia; e um homem de 21 anos, cursando o sétimo período de Administração Pública. Essa composição permitiu uma análise abrangente das experiências de estudantes com deficiências físicas, sensoriais e múltiplas.

A pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios éticos aplicáveis, garantindo a confidencialidade e o respeito aos participantes. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes do início da coleta de dados. As entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas integralmente e analisadas de forma comparativa, com interpretação das respostas à luz do referencial bibliográfico pertinente ao tema. Essa metodologia permitiu estabelecer conexões entre as experiências relatadas pelos participantes e as questões teóricas discutidas no estudo.

Durante a análise dos dados, identificaram-se semelhanças nas falas dos entrevistados, o que permitiu a criação de categorias analíticas para organizar as informações coletadas e facilitar sua interpretação. As categorias definidas foram: "Permanência Simbólica", que se refere ao sentimento de pertencimento dos estudantes à instituição de ensino; "Permanência Física", que abrange as condições de infraestrutura e relações interpessoais marcadas por preconceitos e julgamentos sobre as capacidades dos alunos; "Políticas de Permanência", relacionada aos programas de apoio aos estudantes durante sua jornada acadêmica; e "Preparo dos Docentes para a Inclusão", que aborda o despreparo dos professores em atender às necessidades específicas desses alunos dentro da sala de aula.

Essas categorias forneceram um arcabouço analítico consistente para compreender os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência no ensino superior. A análise comparativa permitiu não apenas agrupar as informações, mas também identificar aspectos críticos que demandam maior atenção em políticas públicas e práticas institucionais. A seguir, os dados coletados são apresentados e analisados, de acordo com essas categorias.



DISCUSSÃO E/OU ANÁLISES

A realização das entrevistas revelou aspectos relevantes, dentro do contexto investigado, para a análise dos fatores que influenciam a permanência ou a evasão de estudantes com deficiência no ensino superior. Reforça-se que, mesmo com o crescimento das matrículas nos últimos anos, a representatividade das pessoas com deficiência permanece abaixo de 1%, o que reforça a necessidade de políticas voltadas tanto ao acesso quanto à permanência (INEP, 2023). Embora cada participante tenha apresentado visões singulares sobre suas dificuldades, os relatos evidenciaram pontos em comum que, analisados em conjunto, contribuíram para orientar as discussões e estruturar categorias de análise.

As categorias foram organizadas a partir dos fatores identificados nas entrevistas e refletem as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes. O quadro a seguir sintetiza as categorias e os fatores relacionados, agrupando informações semelhantes para facilitar a compreensão das experiências relatadas pelos participantes. As categorias são detalhadas a seguir, com destaque para os relatos dos participantes e suas inter-relações com o referencial teórico.

Quadro 1 – Categorias e Fatores que Influenciam a Permanência de Estudantes com Deficiência no Ensino Superior

Categorias	Fatores
Permanência Simbólica	Invisibilidade, Sentimento de pertencimento, Interação social, Preconceito, Discriminação, Capacitismo.
Permanência Física	Acessibilidade, Barreiras arquitetônicas (ex.: rampas, elevadores, carteiras), Recursos assistivos inadequados.
Políticas de Permanência	Apoio institucional, Monitorias, Programas institucionais, Adaptação de recursos e ambientes, Atendimento psicológico e psiquiátrico.
Preparo dos Docentes	Formação docente para inclusão, Empatia, Disponibilidade de materiais acessíveis, Flexibilidade em avaliações.

Fonte: elaborado pelas autoras, 2025.

PERMANÊNCIA SIMBÓLICA

De acordo com Souza (2009), a permanência simbólica está diretamente associada ao sentimento de pertencimento que os estudantes desenvolvem em relação à instituição de ensino. Esse sentimento é construído por meio da acessibilidade, interação social e de práticas inclusivas. A falta de acolhimento por parte da comunidade acadêmica pode provocar desmotivação e abandono, como demonstram os relatos:

[...] às vezes estou no meio de pessoas que estão conversando, mas me sinto excluída, e poxa, queria fazer parte da conversa também (aluna, mulher, 36 anos, deficiência visual).

[...] Me sinto invisível dentro da universidade, sinto como se não fosse valorizado (aluno, homem, 38 anos, TDAH).

A sensação de invisibilidade relatada por Morris e Oliver (1990) reflete a negligência das necessidades das pessoas com deficiência, resultando em exclusão social. Segundo Tinto (2012), a integração dos estudantes na comunidade acadêmica é um fator determinante para sua permanência e sucesso acadêmico. A falta dessa integração pode comprometer não apenas o desempenho acadêmico, mas também a saúde mental dos alunos, como destacam Trigueiro et al. (2021).



PERMANÊNCIA FÍSICA

A permanência física, segundo Lima (2012), está relacionada à infraestrutura e à acessibilidade das instituições de ensino superior. A falta de recursos adequados, como rampas, elevadores, cadeiras ajustáveis e materiais didáticos acessíveis, compromete a experiência acadêmica dos estudantes com deficiência. Exemplos de boas práticas incluem o modelo de design universal adotado por universidades como Harvard e Stanford, que oferecem carteiras ajustáveis, espaços ampliados e tecnologias de assistência digital (Harvard University, 2025; Stanford University, 2025). No Brasil, iniciativas como o Programa Incluir, do Ministério da Educação (MEC), buscaram mapear barreiras arquitetônicas e implementar soluções estruturais para promoção da acessibilidade. Os relatos a seguir ilustram as dificuldades mencionadas:

[...] precisei entrar em um regime especial no curso de Direito por causa da falta de acessibilidade do campus, porque eu estava usando cadeira de rodas e não conseguia ter acesso ao campus (aluna, mulher, 24 anos, deficiência física).

[...] Pela minha deficiência física, com o uso de uma prótese no joelho esquerdo e a dificuldade de dobrar a perna, tenho muita dificuldade de assentar nessas carteiras que são juntas (aluna, mulher, 42 anos, deficiência física).

Além disso, dificuldades relacionadas à locomoção, tamanho das salas e posicionamento inadequado dos quadros-negros foram mencionadas, como exemplificado: “[...] As aulas em andares superiores dificultam a minha locomoção até a sala de aula, porque tenho mobilidade reduzida na perna esquerda” (aluno, homem, 21 anos, deficiência física). Experiências internacionais também apontam alternativas viáveis para eliminar barreiras físicas. A Universidade de Melbourne, por exemplo, desenvolveu um programa sistemático de mapeamento de acessibilidade, com realocação de salas de aula para espaços mais acessíveis e uso de tecnologias assistivas (Universidade de Melbourne, 2023). De forma semelhante, universidades como Harvard e Stanford têm investido em estratégias de design universal, com foco na criação de ambientes que atendam simultaneamente a diferentes perfis de estudantes (Harvard University, 2025; Stanford University, 2025).

Para Pimentel (2017), acessibilidade não se limita à infraestrutura física; inclui também a adaptação de materiais, equipamentos, métodos de ensino e comunicação. A ausência dessas adaptações impacta negativamente a experiência dos estudantes e reforça barreiras sociais e atitudinais, como aponta Miranda (2009).

De acordo com Lima (2012), a permanência física no ensino superior está ligada às condições de acessibilidade e infraestrutura oferecidas pelas instituições de ensino. Esse conceito é fundamental para compreender como recursos assistivos inadequados e a falta de adaptações necessárias impactam diretamente a continuidade dos estudos dos estudantes com deficiência. A ausência de recursos acessíveis pode gerar um ambiente excludente e desmotivador, contribuindo para a evasão desses estudantes (Bisol; Valentini, 2012).

Os entrevistados destacaram diversas barreiras físicas, como a inadequação das carteiras escolares e a falta de elevadores em prédios de vários andares. Uma aluna relatou que, devido ao uso de próteses, tem dificuldades para se sentar nas carteiras conjugadas, um problema que seria facilmente solucionado com mobiliário adaptado. Essas dificuldades também aparecem em outros contextos: por exemplo, nos Estados Unidos, universidades como Harvard e Stanford têm implementado políticas de design universal para garantir que todos os alunos possam utilizar o espaço físico de forma acessível, incluindo carteiras ajustáveis e espaços amplos para cadeirantes



(Centre for Universal Design, 2020).

Outro exemplo internacional relevante vem da Universidade de Melbourne (2023), na Austrália, que instituiu programas específicos de mapeamento de acessibilidade em todos os seus campi. Esses programas identificam barreiras físicas e oferecem soluções práticas, como o redirecionamento de salas de aula para andares térreos ou o uso de tecnologia assistiva em locais de difícil acesso. No Brasil, tais práticas poderiam ser adaptadas para o contexto local, considerando as limitações financeiras, mas mantendo o foco na promoção de acessibilidade efetiva.

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA

As políticas de permanência desempenham um papel fundamental na garantia do acesso e do sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência. Programas institucionais de apoio, como o mencionado pelos entrevistados, oferecem suporte por meio de adaptações e estratégias pedagógicas personalizadas. No entanto, os relatos indicam falhas na implementação e na agilidade dessas ações:

[...] Sou assistido pelo Programa Institucional, com o plano individual de desenvolvimento, onde fica expresso as minhas necessidades (aluno, homem, 22 anos, deficiência visual).

[...] O Programa Institucional presta um bom suporte, mas precisa de muitas melhorias, pois acreditam que acessibilidade se baseia somente na construção de rampas e banheiros acessíveis (aluna, mulher, 24 anos, deficiência física).

Estudos como o de Anache e Cavalcante (2018) sugerem que a criação de Núcleos de Acessibilidade com equipe multiprofissional pode aprimorar a gestão das políticas de permanência. Outra iniciativa eficaz é o acompanhamento individualizado, com planos de apoio construídos de forma participativa com os estudantes, como recomendado por Fernandes et al. (2016). No caso específico da Universidade Federal de Lavras (UFLA), destaca-se a existência do Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (PADNEE), que visa, justamente, a esse atendimento individualizado. Por meio do PADNEE, os docentes recebem um formulário com direcionamentos pedagógicos para, juntamente com o estudante, construir estratégias de apoio. No entanto, cabe ressaltar que esse processo ocorre de maneira bastante autônoma, cabendo ao docente procurar a comissão responsável, caso necessite de orientações adicionais, uma vez que não há ações formativas sistemáticas nem acompanhamento ativo por parte do programa¹. Embora os entrevistados relatem dificuldades institucionais, algumas universidades brasileiras têm apresentado experiências positivas na consolidação de políticas de permanência para estudantes com deficiência. O estudo de Mello (2016), por exemplo, destaca o papel da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na estruturação de seu Núcleo de Acessibilidade, com equipe multiprofissional e ações articuladas entre setores acadêmicos e administrativos. Já na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), segundo Martins, Leite e Lacerda (2015), a implementação de políticas afirmativas voltadas às pessoas com deficiência tem resultado em avanços significativos na adaptação curricular e na oferta de recursos de acessibilidade.

Rocha e Miranda (2009) destacam que as políticas de permanência devem incluir recursos financeiros, tecnológicos e pedagógicos adequados para atender às necessidades dos alunos com deficiência. A demora na implementação de adaptações e a falta de representatividade de pessoas

1 Ver: <https://prape.ufla.br/servicos-em-destaque/padnee>.



com deficiência nos programas institucionais são barreiras apontadas pelos entrevistados e pela literatura.

PREPARO DOS DOCENTES PARA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

A formação docente é essencial para a construção de um ambiente acadêmico inclusivo. Além de capacitações gerais, recomenda-se a implementação de programas específicos, como oficinas sobre elaboração de materiais acessíveis, orientações para adaptação de avaliações e capacitações sobre tecnologias assistivas, conforme apontam Bisol e Valentini (2012) e Silveira et al. (2023). Segundo Rocha e Miranda (2009), a formação contínua dos docentes é necessária para que adaptem suas práticas pedagógicas e materiais didáticos às necessidades dos alunos com deficiência. No entanto, muitos docentes ainda enfrentam desafios nessa adaptação, como ilustrado a seguir: “[...] Os docentes possuem boa vontade, mas falta conhecimento sobre tornar as aulas acessíveis”. (aluna, mulher, 36 anos, deficiência visual).

Além disso, os materiais didáticos adaptados desempenham um papel crucial para garantir o acesso equitativo à educação, mas ainda são insuficientes, conforme relatado:

[...] Com a demora dos docentes em disponibilizar materiais adaptados com antecedência, eu mesma adequo e utilizo os meus próprios materiais (aluna, mulher, 36 anos, deficiência visual).

[...] Os materiais não são acessíveis para mim, são muito subjetivos e com muita informação (aluno, homem, 38 anos, TDAH).

Silveira et al. (2023) ressaltam que a formação docente deve abranger não apenas competências técnicas, mas também habilidades interpessoais para lidar com as diversidades presentes nas salas de aula. A falta de preparo dos professores compromete diretamente a permanência dos estudantes e reforça a necessidade de investimentos em capacitação e recursos.

A análise das categorias identificadas evidencia a complexidade dos fatores que influenciam a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior. Desde barreiras simbólicas até questões estruturais, a superação desses desafios exige um esforço conjunto das instituições, docentes e políticas públicas para garantir uma educação inclusiva e equitativa.

As pessoas com deficiência não devem ser vistas apenas como destinatárias passivas de políticas públicas, mas como agentes fundamentais na formulação e implementação dessas medidas. É essencial reconhecer seu papel ativo na luta por seus direitos, incluindo a participação em conselhos, associações e outras instâncias decisórias que impactam diretamente suas vidas. Essa perspectiva não apenas fortalece a noção de autonomia e protagonismo, mas também assegura que as políticas sejam mais efetivas e alinhadas às reais necessidades desses indivíduos, promovendo uma inclusão que vá além do cumprimento formal de normas e se traduza em mudanças estruturais e culturais. A seguir, as considerações finais apresentarão reflexões e sugestões para aprimorar o apoio institucional e promover um ambiente acadêmico mais inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo identificar as dificuldades enfrentadas por pessoas com



deficiência no ensino superior, compreender as barreiras que impactam sua permanência e apresentar reflexões sobre possíveis soluções para promover um ambiente acadêmico mais inclusivo. Para alcançar esses objetivos, analisaram-se as experiências relatadas por estudantes com deficiência, com atenção às barreiras físicas, sociais, pedagógicas e atitudinais (Santos, 2008), cruzando essas vivências com o referencial teórico adotado.

Os resultados indicam que os objetivos do estudo foram amplamente alcançados. Foi possível mapear as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes entrevistados, evidenciar o impacto das barreiras estruturais e atitudinais sobre sua permanência e destacar a relevância de programas institucionais voltados à inclusão. Os achados também reforçam a necessidade de um maior compromisso das instituições de ensino com políticas públicas inclusivas, bem como da criação de um ambiente acolhedor que valorize a diversidade.

Entretanto, algumas limitações da pesquisa devem ser reconhecidas. O número reduzido de participantes, bem como o foco em uma única instituição, pode limitar a generalização dos resultados. As análises e interpretações devem, portanto, ser entendidas como específicas ao contexto investigado. Além disso, os dados nacionais mais recentes confirmam que, mesmo com o crescimento das matrículas, as pessoas com deficiência continuam representando menos de 1% do total de estudantes no ensino superior brasileiro (INEP, 2023). Essa realidade reforça a urgência de políticas que articulem não apenas o acesso, mas também estratégias concretas de permanência.

Para ampliar o impacto prático das recomendações apresentadas, sugere-se que futuras pesquisas explorem exemplos de soluções já aplicadas em outras instituições, nacionais e internacionais, avaliando suas possibilidades de adaptação ao contexto local. Além disso, a promoção de parcerias entre universidades, órgãos governamentais e movimentos sociais pode potencializar a implementação de práticas inclusivas. É fundamental, contudo, que pessoas com deficiência participem ativamente de todas as etapas de formulação, implementação e avaliação dessas políticas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que suas experiências sejam reconhecidas como legítimas e centrais no processo de tomada de decisão. Tal participação é essencial para evitar que soluções sejam concebidas de forma distanciada das reais necessidades dessa população, historicamente marginalizada e deslegitimada nos espaços institucionais.

Por fim, as recomendações práticas delineadas neste estudo – como o fortalecimento de programas institucionais de apoio, como os Núcleos de Acessibilidade já implementados com sucesso em universidades como a UFSC (Mello, 2016) e a Unicamp (Martins; Leite; Lacerda, 2015), a oferta de formações continuadas com foco em acessibilidade curricular (Bisol; Valentini, 2012) e a adaptação da infraestrutura com base em modelos de design universal, conforme já aplicado em instituições como a Universidade de Melbourne (2023) – constituem passos fundamentais para transformar a realidade de pessoas com deficiência no ensino superior e devem ser entendidas como sugestões iniciais, construídas a partir do contexto pesquisado. Essas recomendações se inspiram em experiências bem-sucedidas observadas em instituições como a UFSC, a Unicamp e a Universidade de Melbourne, que têm adotado estratégias inovadoras de acessibilidade e inclusão. Reconhecendo os avanços já alcançados, conclui-se que um esforço conjunto entre as partes interessadas pode contribuir significativamente para a superação das barreiras ainda existentes, assegurando uma experiência acadêmica mais inclusiva e equitativa para todas as pessoas.





REFERÊNCIAS

- ALLPORT, Gordon W.; KRAMER, Bernard M. Some roots of prejudice. **The Journal of Psychology**, v. 22, n. 1, p. 9-39, 1946.
- ANACHE, Alexandra Ayach; CAVALCANTE, Lysa Duarte. Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 115-125, 2018.
- BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatris. Desafios da inclusão: uma proposta para a qualificação de docentes no Ensino Superior via tecnologias digitais. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 25, n. 2, p. 263-280, 2012.
- BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.
- CAMPBELL, Fiona Kumari; CAMPBELL, Fiona Kumari. Internalised ableism: The tyranny within. **Contours of Ableism: The Production of Disability and Aabledness**, p. 16-29, 2009.
- CENTER FOR UNIVERSAL DESIGN. **The Principles of Universal Design**. North Carolina State University, 2020. Disponível em: https://projects.ncsu.edu/design/cud/about_ud/udprinciplestext.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.
- CUNHA, Fernando Icaro Jorge; MOURAD, Lafap. **Educação especial inclusiva: diálogos da educação básica ao ensino superior**. Curitiba: Reflexão Acadêmica, 2021.
- DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, p. 64-77, 2009.
- DOVIDIO, John F.; GAERTNER, Samuel L. Aversive racism. **Advances in experimental social psychology**, v. 36, p. 4-56, 2004.
- FERNANDES, Ana Claudia Rodrigues; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; ALMEIDA, Leandro da Silva. **Inclusão de estudantes com deficiências na universidade: Estudo em uma universidade portuguesa**. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 20, n. 3, p. 483-492, 2016.
- FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz Editorial, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 2001. Petrópolis: Editora Vozes.
- GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Integrating disability, transforming feminist theory. In: **Feminist theory reader**. Routledge, 2020. p. 181-191.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 1988.
- HARVARD UNIVERSITY. **Digital Accessibility Policy**. Disponível em: <https://accessibility.huit.harvard.edu/digital-accessibility-policy>. Acesso em: 6 jan. 2025.
- INEP. **Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.
- LAGE, Sandra Regina Moitinho; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; KAWAKAMI, Tatiana Tissa. O Capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 28, p. e93040, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eb/a/HSy9D6BjLP6P9Gv3mtBvVyn/?format=pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.



LARA, Patricia Tanganelli; SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. Organização do acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior a partir da instauração do Programa Incluir. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. esp. 2, p. 1137-1164, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp2.14337>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LIMA, Priscila Escanfella Alves de. **O acesso e permanência de indivíduos surdos no ensino superior**. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/10370>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, p. 51-56, 2000.

MARTINS, Diléia Aparecida; LEITE, Lúcia Pereira; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais**. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 23, p. 984-1014, 2015.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & saúde coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. A inclusão de pessoas com deficiência na universidade. **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**, p. 120-131, 2009.

MORRIS, J.; OLIVER, M. **The politics of disablement**. 1990.

OMS – Organização Mundial da Saúde. Classificação **Internacional de Funcionalidade**, Incapacidade e Saúde: CIF. São Paulo: Edusp, 2003.

PIMENTEL, Susana Couto. **(Con)viver (com) a síndrome de Down em escola inclusiva: mediação pedagógica e formação de conceitos**. 2007. 212 f. Tese (Doutoramento em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Revista Educação Especial**, 2009.

ROSSETTO, Elisabeth. **Sujeitos com deficiência no ensino superior: vozes e significados**. Tese (Doutorado em Educação) – PPG Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Wederson Rufino dos. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 18, p. 501-519, 2008.

SILVEIRA, Eliana Passos da et al. Percepções de estudantes com deficiência visual acerca da audiodescrição na universidade. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 15, n. 44, p. 587-611, 2023.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial do século XIX ao início do século XX: cuidar e educar para civilizar**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2009.

STANFORD UNIVERSITY. **Inclusive Design: Designing for Access and Disability**. Disponível em: <https://engineering.stanford.edu/resources-inclusive-design-designing-access-and-disability>. Acesso em: 6 jan. 2025.

TINTO, Vincent. **Leaving college: Rethinking the causes and cures of student attrition**. University of Chicago press, 2012.

TRIGUEIRO, Emília Suitberta de Oliveira et al. Saúde mental em estudantes universitários: elementos para o debate. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 9, n. 1, p. 871-881, 2021. Disponível em: <https://interfaces.unileao.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/866>. Acesso em: 23 jan. 2025.



UNIVERSIDADE DE MELBOURNE. **Accessibility Mapping Initiative:** Enhancing Campus Inclusivity. Melbourne: University Press, 2023. Disponível em: <https://www.unimelb.edu.au/accessibility>. Acesso em: 6 jan. 2025.



contrapontos

